

RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.514 - SP (2018/0300764-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832
CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064
NICOLAS AIRES DE PAIVA - SP343843
RICARDO LEAL DE MORAES - SP325160
RECORRIDO : JOAQUIM AUGUSTO GUSMAO DE FARIA
RECORRIDO : MARIA DE LOURDES DE FARIA SILVA
RECORRIDO : JOSE RAYMUNDO DA SILVA
RECORRIDO : THEREZA SANTANA
RECORRIDO : MARIA AUXILIADORA DA SILVA
RECORRIDO : MARIA ODETE DOMINGOS
RECORRIDO : FRANCISCO DOMINGOS
RECORRIDO : MARIA DE FATIMA GALVAO
RECORRIDO : CLESIO MOTA GALVAO
RECORRIDO : MARIA APARECIDA SANTANA BARBOSA
RECORRIDO : VALTER APARECIDO BARBOSA
RECORRIDO : LUCIO GONZAGA DA SILVA
RECORRIDO : LUIZ RODRIGUES DA SILVA
RECORRIDO : LUIZ EDUARDO TEIXEIRA
RECORRIDO : LUIS CARLOS DE OLIVEIRA
RECORRIDO : LUIZ FERNANDO ALVES
RECORRIDO : MARIA DA PAZ FERNANDES DOS SANTOS
RECORRIDO : MARIA LUISA DE ALMEIDA FERRAZ SANTOS
ADVOGADO : FÁBIO EDUARDO SALLES MURAT - SP108018

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A.,
contra acórdão assim ementado (fls. 371/372):

Apelação - Telefonia - Contrato de participação financeira - (PCT) -
Ação de cobrança - Ilegitimidade passiva - Impossibilidade -
Legitimidade da ré para figurar no polo passivo da demanda
reconhecida.

Precedentes do C. STJ- Inépcia da inicial - Hipóteses do parágrafo
único do art. 295, do CPC - Não configuração - Prescrição - Direito
de natureza pessoal - Prazo de 10 anos, aplicável à espécie -
Inteligência do art. 177 do CC de 1916 e arts. 205 e 2.028 do atual
CC - Termo inicial é a data da vigência do novo CC, quando não
transcorrido mais da metade do prazo prescricional anterior.

Precedentes jurisprudenciais - Inaplicabilidade do REsp repetitivo nº

1.225.166 - RS - Precedente que trata dos casos em que há previsão contratual vedando o reembolso do investimento feito pelo usuário em pecúnia ou por ações da companhia, situação diversa da discutida nos autos - Relação de consumo - Incidência do CDC - Inversão do ônus da prova - Emissão das ações após a data em que deveria ter ocorrido e em número menor a que os autores teriam direito - Destarte, de rigor a procedência da ação, para que a requerida seja condenada a pagar indenização equivalente à diferença entre o número de ações que os autores deveriam ter recebido na ocasião da integralização e o número das que efetivamente lhes foram emitidas. São devidos, também, os dividendos, complementos, bonificações e demais vantagens proporcionais às mencionadas ações. O montante correspondente à indenização deverá ser apurado em sede de liquidação de sentença, segundo os critérios fixados no REsp no. 1.301.989 e na Sumula 371, do C. STJ - Dobra acionária - Cabimento em relação àqueles que não haviam alienado suas ações, quando da cisão - Valor patrimonial das ações deve ser definido com base no balancete da data da integralização - Precedentes jurisprudenciais do C STJ - Recursos repetitivos - Sistemática do art. 543-C, do CPC, de 1973 - REsp no.

1.301.989, j. em 12/03/2014 e REsp no. 1.033.241, j. em 22/10/2008 - Exibição de documentos - Perda do objeto - Ré apresentou radiografia dos contratos de participação financeira - Recurso da ré improvido e provido em parte o recurso dos autores.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 398/402).

Em suas razões, a recorrente alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as questões postas em debate nos embargos de declaração.

No mérito, argui afronta aos arts. 7º, 8º, 12, 170 da Lei 6.404/76; e 884 e 944 do Código Civil, bem como dissídio jurisprudencial. Afirma que "os autores já receberam ações com base no valor patrimonial apurado no mês (...) da integralização" (fl. 425), pois, em se tratando de contrato de PCT, o valor e a data da integralização correspondem à avaliação e incorporação da rede ao capital social da empresa" (fl. 423), não havendo que se falar em aplicação do entendimento adotado na Súmula 371/STJ. Aduz, ainda, que os eventos societários devem ser considerados para "se chegar ao

número correto de ações a serem indenizadas" (fl. 429).

Passo a decidir.

Assiste razão à recorrente.

Quanto à data de integralização, o Tribunal de origem entendeu que (fl. 385):

(...) afigura-se irrelevante qualquer discussão acerca da distinção entre os contratos celebrados na modalidade de plano de expansão (PEX) e de planta comunitária de telefonia (PCT) para análise do direito a indenização, já que ambos culminaram com a subscrição de ações em favor do contratante.

Este Superior Tribunal de Justiça, que já se posicionou no sentido de que, em se tratando de contrato firmado sob a modalidade de planta comunitária (PCT), regido pela Portaria 117/1991, a data da integralização é aquela em que os bens são entregues à companhia, não sendo aplicável o entendimento da Súmula 371/STJ. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PROGRAMA COMUNITÁRIO INTEGRADO DE TELEFONIA (PROCITE). CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. APOORTE FINANCEIRO DE PROMITENTES ASSINANTES. CESSIONÁRIO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. INCORPORAÇÃO DA PLANTA TELEFÔNICA AO PATRIMÔNIO DA CONCESSIONÁRIA. CRITÉRIO DE RETRIBUIÇÃO EM AÇÕES.

1. (...).

3. O cessionário de contrato de participação financeira tem legitimidade para postular em juízo a complementação de ações somente na hipótese em que o instrumento de cessão lhe conferir, expressa ou implicitamente, o direito à subscrição de ações, conforme apurado nas instâncias ordinárias. Súmula 83/STJ.

4. Na impossibilidade de se efetuar a subscrição e entrega das ações a que teria direito o acionista, possível a sua conversão em perdas e danos, sem que isso implique julgamento *extra petita*. Precedentes.

5. Não sendo o pedido de decretação de nulidade de assembléias da sociedade anônima ré um fim em si mesmo, mas apenas deduzido como fundamento para a pretensão de recebimento de

complementação de ações decorrente de contrato de participação financeira, é inaplicável o prazo de decadência previsto no art. 286 da Lei 6.404/76. Prescrição que se dá nos prazos previstos no artigo 177 do Código Civil de 1916 e nos artigos 205 e 2.028 do Código Civil de 2002. Vencida, no ponto, a Relatora.

6. No Programa Comunitário Integrado de Telefonia (PROCITE), os adquirentes de linhas telefônicas celebraram contratos com as construtoras, pagando o preço com elas combinado. Não houve pagamentos por eles feitos à concessionária. Esta comprometeu-se, em pactos celebrados com os municípios, a interligar as plantas telefônicas ao seu sistema; prestar o serviço telefônico e incorporar as plantas ao seu patrimônio (aumento de capital), retribuindo aos titulares das linhas telefônicas, mediante subscrição de ações, o valor de avaliação do bem incorporado. A subscrição tinha por base o valor de avaliação do bem indivisível incorporado (planta), dividido pelo número de adquirentes de linhas telefônicas.

7. A incorporação da planta telefônica não se deu quando dos aportes financeiros à construtora realizados pelos adquirentes das linhas, do que decorre a impropriedade de se pretender utilizar os valores de tais aportes, e as datas em que realizados, como balizas para o cálculo do quantitativo de ações. Na época dos aportes, as plantas não existiam, a significar que, ausente patrimônio a incorporar, não houvera ainda integralização, da qual dependia a avaliação e a contraprestação em ações.

8. O aumento de capital deu-se com a incorporação da planta telefônica ao patrimônio da ré. Nos termos do contrato e dos arts. 8º, §§ 2º e 3º, da Lei 6.404/76, o cálculo do número de ações a serem subscritas em favor de cada titular de linha telefônica deve levar em conta o valor de avaliação daquele bem.

9. Agravo regimental provido para dar provimento ao recurso especial a fim de julgar improcedente o pedido formulado na inicial. (AgRg no AREsp 29.665/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 08/10/2015)

Na mesma direção: REsp n. 1.773.824/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 7/11/2018.

Da atenta leitura do acórdão recorrido, não se consegue verificar qual foi a data de integralização considerada pela Corte de origem, se a data do contrato, ou a da incorporação do patrimônio à Companhia.

Também não se verifica esclarecimento acerca da aplicação, ou não, dos eventos societários para a realização do cálculo.

Dessa forma, não havendo como decidir sem que as questões supracitadas sejam dirimidas, faz-se necessário o retorno dos autos à origem.

Em face do exposto, prejudicada a análise dos demais temas, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem, com vistas ao julgamento das questões.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

